

V Encontro Pro: Alfabetização

Data: 06/12/1997

Coordenação: GTPA / DF

V ENCONTRO PRÓ-ALFABETIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

Brasília, 06/dezembro/1997 -SINPRO-DF
Coordenação:GTPA/DF-Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização do DF e Entorno

TEMA RECUPERANDO E ATUALIZANDO A HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO No DISTRITO FEDERAL (*) "O caminho se faz a caminhar"

Maria Luiza Pereira Angelim
Professora da Faculdade de Educação
Universidade de Brasília

"Algumas das proibições como necessidade do pacto colonial:

Lei de 20.02.1690, proibindo o uso de outro sal que não fosse o vindo de Portugal(as salinas brasileiras já eram conhecidas).

Carta Régia de 30.06.1766, proibindo em todo o Brasil o ofício de ourives

Alvará de 20.03.1720, proibindo letras impressas no Brasil

Carta Régia de 26.04.1730, proibindo correio por terra no Brasil

Alvará de 16.12.1794, proibindo o despacho de livros e papéis para o Brasil

Aviso de 18.06.1800 ao capitão-general de Minas, repreendendo a Câmara de Tamanduás por ter instituído uma aula de primeiras letras.

O tupi, chamado de língua brasílica, foi proibido de ser falado no Brasil, por proclamação do governo português, datada de 1727"(ver FREIRE,Ana M.A.Analfabetismo no Brasil: da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou de como deixar sem ler e escrever desde as Catarinas (Paraguaçu), Filipas, Madalenas, Anas, Genebras, Apolônias e Grácias até os Severinos. São Paulo, Cortez: Brasília, DF: INEP,1989.)

Construída como desafio, Brasília ergue-se no planalto central como a nova capital do Brasil pelas mãos de milhares de trabalhadores brasileiros não alfabetizados, procedentes na sua grande maioria do nordeste.

(*)Atualização do texto apresentado no I Encontro do Fórum Permanente de Alfabetização de Jovens e Adultos do Distrito Federal e Entorno, organizado pelo GDF-SE/FEDF/UEJA -SEPPIS, GTPA-DF, UnB, OAB UCB com apoio da FE/UnB, MEB, ASEFE, AEC, SINPRO-DF, SAE, no Auditório da Faculdade de Tecnologia da UnB, 26 e 27/05/95.

Desde 1963, a Universidade de Brasília, ousada como proposta universitária, esteve presente nas tentativas de alfabetização de jovens e adultos no Distrito Federal, quando Paulo Freire pessoalmente conduziu as atividades de formação e supervisão dos Circulos de Cultura com a participação de estudantes e moradores do Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Gama e Sobradinho, contribuindo diretamente para a institucionalização do Plano Nacional de Alfabetização em 1964. O golpe militar de março de 1964 extinguiu a iniciativa institucional do governo João Goulart, proibindo a prática do "método" de alfabetização de adultos ao perseguir e prender brasileiros como o próprio Paulo Freire, que se exilou, retornando ao Brasil em 1978. O Movimento Brasileiro de Alfabetização MOBRAF criado pelo regime militar, em 1970, demonstrou-se ineficaz e muito contribuiu para aumentar o descrédito das pessoas não alfabetizadas em relação a ação alfabetizadora.

Na transição democrática no Distrito Federal, desde 1985, quando em julho iniciou o primeiro Circulo de Cultura para Alfabetização de adultos na Escola Normal de Ceilândia - Complexo "A" da FEDF, como decisão da comunidade com a direção eleita (Prof. Erasto Fortes Mendonça), houve uma opção pelo chamado "método Paulo Freire", cuja orientação foi possível pela contribuição de mestrandos de educação da Faculdade de Educação da UnB.

Assumindo na prática o conceito de Paulo Freire - "EDUCAÇÃO É UM ATO ESSENCIALMENTE POLÍTICO", como era esperado, ao longo desses doze anos (1985/97) vêm se aglutinando jovens estudantes e/ou trabalhadores (entre esses professores), muitos deles expressões de lideranças nas organizações populares, sindicais, acadêmicas, religiosas, movimentos estudantis com o objetivo de ALFABETIZAR CRIANÇAS, JOVENS E ADULTOS no Distrito Federal e Entorno.

Fruto desse esforço de organização constituiu-se, em 20.10.89, o GTPA/DF (Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização do Distrito Federal), que tem sido o espaço de reflexão dessa práxis educativa e de decisão e coordenação de ações, inicialmente, tendo como motivo imediato o AIA/90 - Ano Internacional de Alfabetização - 1990.

Conforme Relatório sumário do GTPA/DF (anexo), muitas atividades já foram desenvolvidas a partir do I ENCONTRO PRÓ-ALFABETIZAÇÃO DO DF de 16 a 18 de fevereiro de 1990, que marcou o compromisso dos participantes de assumir suas conclusões, particularmente do EXERCÍCIO PRÁTICO da alfabetização de crianças, jovens e adultos.

Enfrentando as dificuldades conjunturais e compreendendo cada vez mais as raízes estruturais da alfabetização de jovens e adultos em nosso

país e no Distrito Federal, em particular, os participantes do GTPA/DF contribuíram com propostas para elaboração da LEI ORGÂNICA DO DF, tanto na "apresentação de sugestões" para a Comissão Temática - Ordem social e Meio-ambiente (setembro/91), quanto nas duas emendas populares - substitutiva Art.236 e aditiva Título VIII Disposições Transitórias, apresentadas pelo Centro de Educação Paulo Freire de Ceilândia -CEPAFRE, Centro Popular de Educação e Cultura -CPEC/Gama e SAE (julho/92).

Por influência do GTPA/DF desenvolveu-se uma experiência no Município de Luziânia (Goiás), a partir do SERPAJ-Serviço Paz e Justiça do Pedregal, que muito contribuiu para avanços nos compromissos da Câmara Legislativa e da Prefeitura Municipal, esta através da Secretaria Municipal de Educação implantou a alfabetização de Jovens e Adultos nas escolas públicas municipais, sob a supervisão do SERPAJ/Pedregal e UnB/Decanato de Extensão/Faculdade de Educação.

Durante este período de 1989 a 1997 (novembro) o GTPA/DF acumulou experiência significativa na ação conjunta PRÓ-ALFABETIZAÇÃO DO DF, ampliando para o ENTORNO e desenvolvendo diferentes parcerias entre órgãos públicos dos poderes executivo, legislativo e judiciário nas instâncias distrital, federal, estadual e municipal, sindicatos, universidade, organizações religiosas, organizações populares, empresas, organizações não-governamentais (nacionais e internacionais), embaixadas, grêmios estudantis, centros acadêmicos e grupos de voluntários. (ver gráfico anexo)

A realização do III Encontro Pró-Alfabetização do DF e Entorno, em 3 de dezembro de 1994, foi marcada pelo clima de esperança do governo democrático e popular eleito, registrando-se a ampliação de pessoas e instituições interessadas. O Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos desenvolvido pela então Universidade Católica de Brasília, iniciado no segundo semestre de 1993, com a aplicação do método Dom Bosco, abrange treze regiões administrativas do DF e duas cidades de Goiás com a participação de estudantes de 2o. grau e universitários, somando-se ao esforço organizado de outras organizações não governamentais presentes no GTPA/DF, que já alcançaram outros estados brasileiros. O Programa de Alfabetização do Banco do Brasil -BB Educar, iniciado, em 1990, com a contribuição do CEPAFRE, participante do GTPA/DF, já alcança significativo número de municípios de vários estados em nosso país.

Importante é registrar que a ação de Alfabetização de Jovens e Adultos do GDF, através da FEDF, iniciou-se em 1990 com a extinção da Fundação Educar (antigo MOBREAL), observando-se a experiência anterior localizada em Ceilândia (1985/86 Escola Normal) e no Paranoá (1986/87). O Projeto de Extensão Educacional formulado pela FEDF, em 1992, priorizou a parceria com a indústria de construção civil e alguns órgãos públicos.

Diante da nova conjuntura política marcada pelo Governo democrático e popular, estabelecidas novas relações entre GDF/S.E./FEDF/UEJA e sociedade civil, reconhecido o caráter do GTPA/DF e, tendo presente as PROPOSTAS aprovadas no III Encontro PRÓ-ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS e a Lei 849 de 08.03.95 que criou o Programa Permanente de Alfabetização e Educação Básica de Jovens e Adultos, o **FÓRUM PERMANENTE DE ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO BÁSICA DE JOVENS E ADULTOS NO DF E ENTORNO** constituiu um novo espaço de exercício das parcerias necessárias entre o governo e a sociedade civil organizada.

Todo este esforço de AÇÃO CONJUNTA apoia-se na compreensão das implicações estruturais da meta de erradicação do analfabetismo no Distrito Federal e Entorno, sabendo-se que o problema tem se agravado, não apenas pela falta de reposta da escola pública ao longo dos anos, mas sobretudo porque a recessão econômica, o desemprego, as mudanças constantes de moradia, o aumento de ocorrências de doenças e a falta de segurança pessoal (aumento da violência) tem EXPULSADO os alfabetizandos dos círculos de cultura (sala de aula).

Analisando a relação de fatos significativos no exercício da referida AÇÃO CONJUNTA, principalmente, a partir de 1995, é possível constatar um avanço na efetividade das parcerias locais (cidades) e municipais, na garantia legal de algumas das antigas e insistentes reivindicações propostas, desde 1985, e no atingimento progressivo da meta de erradicação do analfabetismo do DF e Entorno.

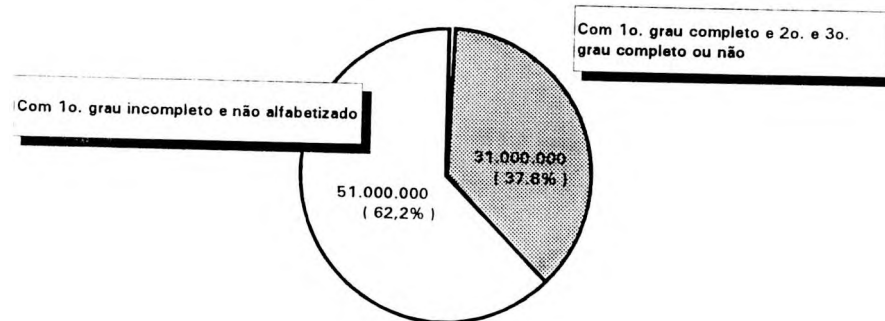
Constata-se, também, o acúmulo de uma nova prática de parceria própria das características de um governo, que se propõe democrático e popular, e como tal, exige no Distrito Federal, o permanente exercício de afirmação da autonomia dos setores organizados da sociedade e a ética na aplicação dos recursos públicos para a AÇÃO ALFABETIZADORA.

Reafirmando que o analfabetismo é um problema estrutural, a AÇÃO ALFABETIZADORA, por definição, exige a prática da mobilização, formação e organização política de alfabetizadores e alfabetizandos na direção da transformação da sociedade.

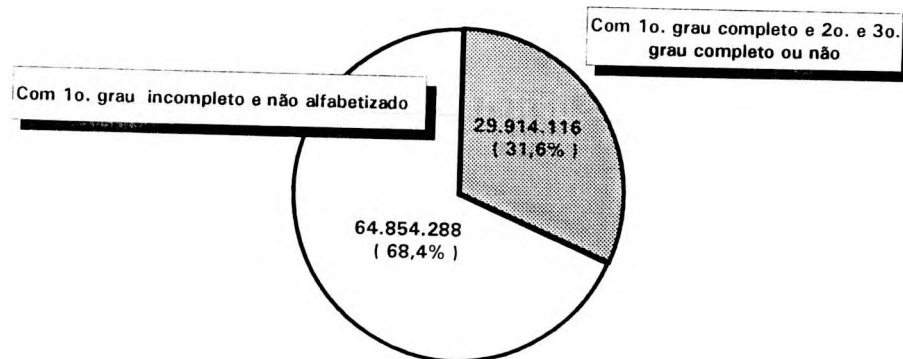
O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - PNE, elaborado e aprovado pelos setores organizados da sociedade brasileira (II CONED - II Congresso Nacional de Educação) e entregue ao Congresso Nacional, em 03 de dezembro do corrente ano, constitui o atual instrumento para construção de uma nova sociedade brasileira sem analfabetos.

ELEITORES BRASIL

1989 - 82.000.000



1994 - 94.768.404



FONTE: TSE
ANGELIM.M.L.P.

A N E X O

GTPA/DF 1989 - 1997
GRUPO DE TRABALHO PRÓ-ALFABETIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
PRECEDENTES

1985-Direção eleita do Complexo Escolar de Ceilândia - Decisão da comunidade por Alfabetização de Jovens e Adultos pelo "método" Paulo Freire - Estágio de normalistas -Supervisão de mestrados da UnB/FE
Apoio do NUTEL - produção VT- Educar é descobrir
Influência na Proposta Curricular aprovada pelo Conselho de Educação do DF como experiência piloto em Ceilândia, Paranoá e Vargem Bonita

1986-Conflito político - Demissão de Diretores eleitos-Retirada do apoio da FEDF em Ceilândia -Apoio da FEDF ao Projeto Paranoá- Apoio Grupo de Jovens

1987-Apoio da UnB/DEX, Fundação Rondon

1988-Apoio UnB/DEX, Fund. Rondon, Fundação Educar (1.182 alfabetizados)

1989-UnB-Projeto de Erradicação do Analfabetismo(União,Estados,Municípios)
Criação do CEPAFRE-Centro de Educação Paulo Freire de Ceilândia

CONSTITUIÇÃO DO GTPA/DF 20.10.89

Objetivo: instituir-se como espaço político organizado da sociedade civil, inicialmente do DF, democrático e aberto a pessoas, movimentos, grupos, associações representativas, sindicatos, empresas, entidades interessadas na erradicação do analfabetismo no DF e Entorno

1989-CNAIA/90 - Comissão Nacional do Ano Internacional de Alfabetização - Dec.97.219 de 21.11.88 GTPA/DF como membro observador

1990-I Encontro Pró-Alfabetização do DF - UnB/ GTPA/DF(16-18 fev).
CPNAC-Comissão do Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania.
GTPA/DF membro efetivo.

I Encontro Pró-Alfabetização de Ceilândia (26, 27/maio)
Sobradinho(2,3/junho), Gama(17,18/novembro), Paranoá (24/novembro).

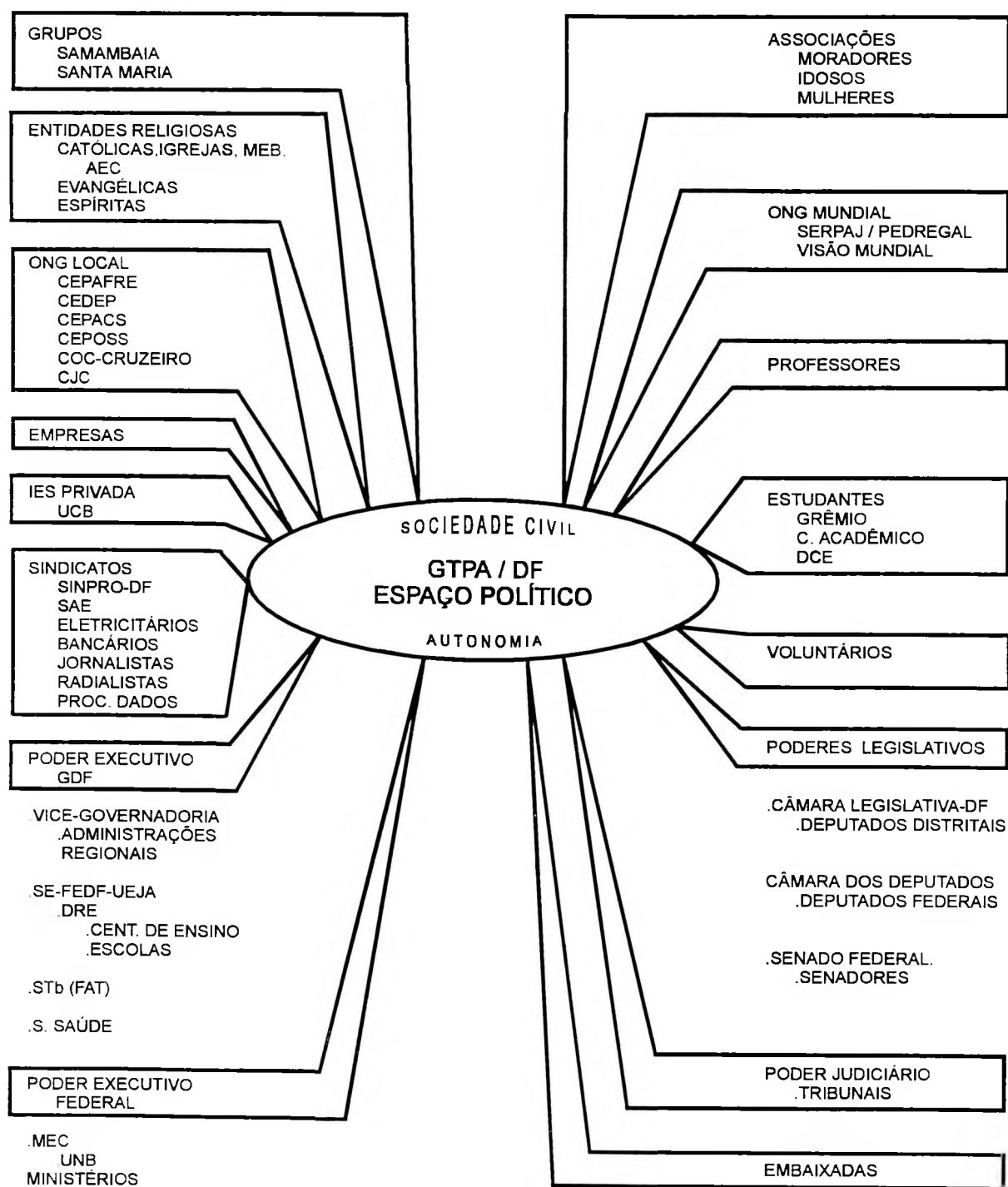
- Congresso Brasileiro de Alfabetização - Prefeitura de São Paulo(14-16/set)
Representação junto à Comissão do DF no Senado Federal.
Comissão Tripartite Pró-alfabetização do DF(UnB/FE,GTPA/DF,FEDF).
Palestras Maria Dolores Ortiz-GTPA/DF,SINPRO/DF,ASSOC.CULT.CUBA.
Publicação da Revista SimPró Educação.
Plenária do GTPA/DF (16 dezembro).
- 1991-Criação do Fórum dos Movimentos Sociais pró-lei orgânica do DF.
Apresentação de Sugestões à Comissão Temática da Lei Orgânica da Câmara Distrital (setembro).
Convênio SAE- GDF/Secretaria do Trabalho.
- 1992-Elaboração e envio de Emenda Popular com mais de 2000 assinaturas com apoio de Deputados Distritais do PT,PC do B, PPS, PDT.
II Encontro Pró-Alfabetização do DF e Entorno (05 de dezembro).
- 1993-Encontro sobre Educação e Lei Orgânica do DF na Ceilândia.
Defesa e Acompanhamento da aprovação da Emenda popular.
Promulgação da Lei Orgânica em 08 de junho - Art.225 e DT Art. 45.
Divulgação da Lei orgânica nas Escolas Normais e nas comunidades.
Participação na II Feira Latino-americana de Alfabetização RAAAB/CECUP julho- Salvador.
PL-Projeto de Lei regulamenta o Art.225 Dep. Dist. Wasny Roure-PT.
- 1994-PL-Bolsa-auxílio para normalistas DT Art.45 - Dep.Dist. Lúcia Carvalho-PT
Proposta de Alfabetização do GTPA/DF para o governo 1995/1998.
Mesa-redonda: Sindicalistas, Normalistas e juristas - cumprimento da Lei Orgânica (DT Art.45).
I Encontro de Alfabetizados pelo CEPAFRE.
III Encontro Pró-Alfabetização do DF e Entorno (03 de dezembro).
Comissão decidida em plenária do III Encontro entrega Documento conclusivo de propostas para Alfabetização do Distrito Federal ao Secretário de Educação indicado Antonio Ibañez Ruiz pelo governador eleito Cristovam Buarque (05 de dezembro).
- 1995-Lei 849 de 08.03 - Criação do Programa Permanente de Alfabetização e Educação Básica de Jovens e Adultos.
Proposta de um PL do Fundo específico para o PROALFA, por iniciativa da UEJA e GTPA-DF ao governo
Criação do Fórum Permanente de Alfabetização de Jovens e Adultos do DF e Entorno-FORALFA com participantes do GDF e sociedade civil organizada
I Encontro do referido Fórum - 26 e 27 de maio -Constituição da Coordena-

- ção do FORALFA (SE/FEDF/UEJA, GTPA/DF (CEPAFRE, SERPAJ /Pedregal, UnB, UCB).
Decreto 16.830 de 06.10 regulamentando a Lei 849 de 08.03.95
Criação do Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização do Servidores Públicos do GDF - GTALFA
IV Encontro Pró-Alfabetização do DF e Entorno(16 de dezembro),organizado pelo GTPA-DF e Coordenação do FORALFA
Realização de formação de alfabetizadores no município de Cidade Ocidental e continuidade em Luziânia pelo SERPAJ/Pedregal
- 1996- Lei 1008 de 10.01 - dispõe sobre incentivo à capacitação e formação profissional para o magistério na rede pública do DF
Portaria n. 55 de 17 de abril do Secretário de Educação institui o GTALFA Grupo de Trabalho de Alfabetização para servidores públicos do GDF para executar o PROALFA no âmbito do GDF
Portaria n. 74 de 17 de maio do Secretário de Educação designa servidores públicos titulares e suplentes integrantes e aprova as Normas de Organização e Funcionamento do GTALFA
II Encontro do FORALFA (04,25/maio e 22/junho) - aprovação das Normas de Organização e Funcionamento do FORALFA
Decreto n.17.505 de 10.07 regulamenta a Lei 1008/96
Portaria n109 de 29.07 do Secretário de Educação normatizando o Decreto n. 17.505/96
Instalação do Fórum Regional do PROALFA Ceilândia com a presença de Paulo Freire (30 de agosto)
Realização do Censo na Ceilândia coordenado pela DRE e CEPAFRE
III Encontro do FORALFA (23 de novembro) - eleito novo membro (CEDEP) e substituição do representante da UnB na Coordenação do FORALFA (Nova LDB 9394/96 de 23.12 prorroga por mais 10 anos a meta de erradicação do analfabetismo no Brasil, ou seja, 2007)
- 1997-Curso de Extensão da Faculdade de Educação da UnB para Formação de Gestores do PROALFA com apoio da UEJA
Lei 1.511 de 03.07- institui o Fundo de Apoio ao Programa Permanente de Alfabetização e Educação Básica para Jovens e Adultos - FUNALFA
Realização do levantamento de alfabetizandos em Sobradinho coordenado pela DRE e CEPACS
Realização do Censo no Gama coordenado pela DRE
Realização do Censo em Samambaia pelo Programa Saúde em casa coordenado pela Secretaria de Saúde e Administração Regional
(Entrega ao Congresso Nacional, em 03.12, o Plano Nacional de Educação PNE aprovado no II Congresso Nacional de Educação - II CONED, realizado, em Belo-Horizonte, de 6 a 9/11/97).

V ENCONTRO PRÓ-ALFABETIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

Brasília, 06/dezembro/1997 -SINPRO-DF

Coordenação:GTPA/DF-Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização do DF e Entorno



GTPA- DF - GRUPO DE TRABALHO PRÓ-ALFABETIZAÇÃO DO DF E ENTORNO (1989-97)